

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CONSTRUÇÃO

2009 - 2010

Por este presente instrumento particular, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BLUMENAU**, com sede em Blumenau, SC, na Rua Professor Luiz Schwartz, 81, bairro Velha, representando os trabalhadores do Grupo 3 da CNTI, conforme anexo do artigo 577 da CLT, inclusive as categorias afins, como: trabalhadores em obras de saneamento urbano e drenagem; sondagem; britagem; estaqueamentos; usinas de concreto e serviços de instalação e manutenção de redes de telecomunicações e gás (obras civis), com extensão de base nos municípios de Gaspar, Timbó e Indaial, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. ALBERTO FRANCISCO PEREIRA**, e, de outro lado, o **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DE BLUMENAU**, com sede em Blumenau, SC, na Rua Gustavo Salinger, 702, salas 1 e 2, com extensão de base nos municípios de Gaspar, Indaial, Timbó, Pomerode, Rio dos Cedros, Benedito Novo, Rodeio e Ascurra, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. JORGE LUIZ STREHL**, celebram esta **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

01 - CORREÇÃO SALARIAL

As empresas integrantes da categoria econômica reajustarão os salários de todos os empregados, mediante a aplicação do percentual de **7,00%** (sete por cento), a partir de 01 de maio de 2009, calculado sobre os salários de 01 de junho de 2008, a ser pago na folha de maio de 2009.

Parágrafo Primeiro: Eventual diferença decorrente da aplicação de índice de reajuste menor na folha de maio de 2009 em relação ao constante no *caput* desta cláusula, deverá ser ajustado na folha de junho de 2009.

Parágrafo Segundo: As empresas que no período de junho/2008 a abril/2009, concederam reajustes salariais lineares, ficam expressamente autorizadas a compensar o percentual negociado, constante do *caput* desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: Os empregados que foram admitidos a partir de junho/2008 até abril/2009, receberão a correção salarial proporcional aos meses trabalhados, apurada com base no índice total negociado.



Parágrafo Quarto: Os empregados dispensados no mês de maio/2009 farão jus ao reajuste negociado de forma integral.

Parágrafo Quinto: Com o pagamento do reajuste salarial previsto neste instrumento, as empresas integrantes da categoria econômica, recebem do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BLUMENAU**, plena e geral quitação do período revisto (maio/2008 a abril/2009).

02 - PISOS SALARIAIS

Os pisos salariais da categoria profissional, a partir de 01 de maio de 2009, para uma carga de trabalho mensal de 220 horas, serão os seguintes:

Funções	Valor Mensal	Valor p/Hora
• Profissional	R\$ 800,80	R\$ 3,64
• Semi-Profissional	R\$ 631,40	R\$ 2,87
• Servente	R\$ 585,20	R\$ 2,66

Parágrafo Primeiro: Eventual diferença decorrente da aplicação dos pisos constantes acima no mês de maio de 2009, deverá ser ajustada na folha de junho de 2009.

Parágrafo Segundo: Sobre os pisos salariais, não incidirão os percentuais negociados na cláusula primeira.

CLÁUSULAS SOCIAIS

03 - ABONO DE FALTAS AO TRABALHADOR

Será abonada até o limite de 10 (dez) dias, as faltas do trabalhador, por internamento hospitalar de dependente de até 12 (doze) anos de idade ou inválido, mediante comprovação por declaração médica.

04 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

As empresas concederão aos seus empregados um adicional por tempo de serviço, de acordo com o tempo de serviço na empresa, que será aplicado sobre o salário, integrando-o para todos os fins e efeitos, pelos percentuais seguintes:

I - de 2% (dois por cento) para os empregados que contarem com mais de 5 (cinco) anos ininterruptos de atividade na mesma empresa ou grupo econômico (§ 2º, art. 2º da CLT), até o limite de 10 (dez) anos.

II - de 4% (quatro por cento) para os empregados que contarem com mais de 10 anos ininterruptos de atividade na mesma empresa ou grupo econômico (§ 2º, art. 2º da CLT).

Parágrafo Único: As empresas que tiverem plano de cargos e salários homologado pelo Ministério do Trabalho, ou venham a implantá-lo no período de vigência desta convenção, estarão desobrigadas do cumprimento da obrigação contida nesta cláusula.



05 – ALIMENTAÇÃO

As empresas integrantes da categoria econômica fornecerão aos seus empregados, almoço na forma e condições estabelecidas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Parágrafo Primeiro: Os empregados participarão dos custos da alimentação fornecida diariamente, na proporção de até 20% (vinte por cento).

Parágrafo Segundo: As empresas que já concedem o estabelecido nesta cláusula, sem a participação do empregado em seus custos, não poderão valer-se do que prevê o parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro: Respeitado o previsto no parágrafo segundo desta cláusula, as empresas, também estão autorizadas a descontar o custo diário da alimentação em até 20% (vinte por cento) do empregado que faltar com justificativa, se o seu valor for cobrado pelo fornecedor, e em 100% (cem por cento), no caso de falta injustificada.

Parágrafo Quarto: Fica facultado às empresas, respeitado o previsto no parágrafo segundo desta cláusula, substituir o fornecimento direto de alimentação previsto no *caput*, através da entrega diária de vales refeição e/ou alimentação, no valor unitário de R\$ 7,00 (sete reais), a partir de 01 de junho de 2009, cabendo ao empregado a participação em até 20% (vinte por cento) do valor do vale.

Parágrafo Quinto: As partes convencionam que o presente benefício não integrará o salário do empregado para quaisquer efeitos.

Parágrafo Sexto: Não serão contemplados com a previsão contida nesta cláusula, empregados cuja jornada tenha início após as 12:00 (doze) horas.

Parágrafo Sétimo: O não cumprimento do previsto nesta cláusula importará no pagamento ao trabalhador não contemplado, de multa no valor de R\$ 8,17 (oito reais e dezessete centavos), por dia útil de trabalho.

06 – VESTIMENTA DE TRABALHO

As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados 2 (dois) conjuntos de vestimentas (calça, camisa ou camiseta) necessárias e adequadas ao desempenho de suas funções no local de trabalho e que estejam em perfeitas condições de uso, na forma do disposto no item 18.37.3 da Norma Regulamentadora – NR 18.

Parágrafo Primeiro: O previsto no *caput* desta cláusula se aplica exclusivamente aos empregados lotados nos canteiros de obras.

Parágrafo Segundo: O fornecimento se dará mediante recibo de entrega, cabendo ao empregado zelar por sua guarda, limpeza e conservação.

Parágrafo Terceiro: A substituição das peças que compõem a vestimenta se dará mediante a devolução da(s) entregue(s) anteriormente, respectivamente.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de descumprimento, após o prazo previsto no parágrafo anterior, a empresa arcará com multa de R\$ 52,80 por empregado não contemplado.



07 - ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

As empresas integrantes da categoria econômica prestarão atendimento médico de clínica geral e odontológico básico aos empregados através do **SECONCI - Serviço Social da Indústria da Construção**, sendo o atendimento prestado nos termos e condições previstos no Estatuto Social do **SECONCI** e seus Regulamentos.

Parágrafo Primeiro: O atendimento através do **SECONCI** será efetuado mediante o recolhimento mensal, obrigatório, de contribuição correspondente ao maior valor apurado entre a aplicação do percentual de 1% (um por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento da empresa, que incidirá, inclusive, sobre o décimo terceiro salário, ou a contribuição mínima mensal de R\$ 160,96 (cento e sessenta reais e noventa e seis centavos). A contribuição mínima mensal (R\$ 160,96), a partir do mês de maio de 2009 em diante, deverá ser atualizada através da aplicação da variação acumulada do CUB/2006.

Parágrafo Segundo: As empresas que comprovarem perante o **SECONCI** que possuem apenas 02 (dois) usuários, considerando o empregador e o empregado, recolherão no mínimo, contribuição mensal, inclusive sobre o décimo terceiro salário, correspondente a R\$ 53,65 (cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), devendo esta, a partir do mês de maio de 2009 em diante, ser atualizada através da aplicação da variação acumulada do CUB/2006.

Parágrafo Terceiro: As empresas que comprovarem perante o **SECONCI** que possuem até 04 (quatro) usuários, considerando empregador e empregados, recolherão, no mínimo, contribuição mensal, inclusive sobre o décimo terceiro salário, correspondente a R\$ 107,31 (cento e sete reais e trinta e um centavos), devendo esta, a partir do mês de maio de 2009 em diante, ser atualizada através da aplicação da variação acumulada do CUB/2006.

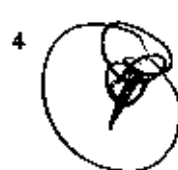
Parágrafo Quarto: Considerando a responsabilidade subsidiária prevista no artigo 455, da CLT, as empresas construtoras exigirão dos empreiteiros ou sub-empreiteiros a comprovação do recolhimento das contribuições perante o **SECONCI**, podendo optar pela retenção do valor mensal devido ao **SECONCI**.

Parágrafo Quinto: O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao de referência e sobre o 13º salário até o dia 16 de dezembro.

Parágrafo Sexto: As empresas enviarão nos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro ao **SECONCI - Serviço Social da Indústria da Construção**, relação de seus empregados e o total da folha de pagamentos, através de documento comprobatório oficial.

08 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A empresa que possuir médico próprio ou conveniado poderá exigir que os atestados obtidos pelos empregados junto a profissionais particulares, entidades privadas ou públicas sejam apresentados ao médico da empresa ou conveniado.



Parágrafo Único: Os atestados fornecidos por médicos e dentistas do Sindicato Profissional serão plenamente aceitos pelas empresas, atendidos os regulamentos internos, somente para efeito de controle da saúde ocupacional, sendo que o atestado corresponderá a sua jornada normal mais a prorrogação.

09 - AVISO PRÉVIO - DISPENSA

Será dispensado o cumprimento do aviso prévio integral, dado pelo empregador, no caso do empregado obter novo emprego antes do respectivo término, mediante declaração do empregado homologada pelo Sindicato Profissional, sendo-lhe devida, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados. O mesmo critério será aplicado nos casos de pedido de demissão.

Parágrafo Único: Ocorrendo o previsto no ~~caput~~ desta cláusula, a data para pagamento e homologação das verbas rescisórias, será a que representar o menor prazo, observado o que prevê a letra "b", do § 6º, do artigo 477 da CLT ou a anteriormente fixada.

10 - EMPREGADO SEM REGISTRO

Constatado pelo empregado, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Categoria Profissional ou pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, que a empresa deixou de efetuar o registro do empregado por ocasião da admissão, esta pagará ao empregado, a título de multa indenizatória, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do menor piso salarial da categoria, independente da autuação do órgão fiscalizador competente.

11 - FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que rescindir espontaneamente contrato de trabalho, antes de completar 1 (um) ano de serviço terá direito ao recebimento de férias proporcionais, a razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

12 - GARANTIAS ESPECIAIS

- A)** É garantido o emprego ou o salário, ao empregado que retornar do auxílio-doença, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, inclusive o prazo do aviso prévio, após a alta concedida pelo INSS, quando afastado por 30 (trinta) dias ou mais de sua atividade normal, exceto se o empregado estiver sob regime de contrato de experiência, ou por acordo entre as partes, devidamente homologado pelo Sindicato Profissional.
- B)** Não poderá ser dispensado o empregado que contar com 5 (cinco) ou mais anos ininterruptos de atividade na mesma empresa ou grupo econômico (§ 2º, art. 2º da CLT), se na data da dispensa, comprovadamente estiver a 14 (quatorze) meses para completar o tempo da aposentadoria, quer especial, quer por tempo de serviço ou por idade, ressalvados os casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão, acordo entre as partes, transferência da empresa para outro estado ou cidade ou encerramento de atividades, cessando a garantia supra ao completar o empregado o período aquisitivo em seus limites mínimos. Para fazer jus a garantia aqui instituída,



o trabalhador deverá comprovar junto a empresa no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, após a comunicação de dispensa, que requereu perante o órgão previdenciário, a contagem do seu tempo de serviço, sob pena de decair do direito.

- C) O empregado integrante da CIPA, efetivo ou suplente, eleito para representar os empregados, tem garantido o emprego ou o salário desde o registro da candidatura até 1 (um) ano após o término do mandato.
- D) O empregado em idade de prestar o serviço militar obrigatório terá garantido o emprego, desde o exame médico inicial que o considerar apto a se incorporar, até o seu retorno ao trabalho, após sua desincorporação, dispensa ou suspensão temporária da prestação do serviço militar, desde que apresente o comprovante de aptidão ao empregador, no prazo de cinco dias.
- E) O empregado que retornar das férias terá garantido o emprego ou o salário correspondente, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: Na hipótese de dispensa, nestas circunstâncias, com exceção ao previsto na alínea "B", o empregado fará jus a indenização correspondente, sem qualquer reflexos e encargos trabalhistas e previdenciários.

13 - HOMOLOGAÇÕES

Os contratos de trabalho superiores a 6 (seis) meses, quando rescindidos, serão homologados pelo sindicato da categoria para que surta os efeitos legais, de acordo com o artigo 477, parágrafo 1º da CLT.

14 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas que pagarem os salários de seus empregados através de cheques deverão conceder-lhes, dentro do expediente bancário, o tempo necessário para que possam recebê-los na agência bancária respectiva.




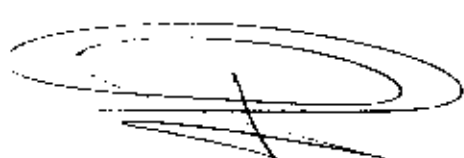
15 - PRÊMIO APOSENTADORIA

O empregado que após 10 anos ininterruptos de atividade na mesma empresa ou grupo econômico (§ 2º, art. 2º da CLT), obtiver aposentadoria especial, por invalidez ou por tempo de serviço, fará jus à percepção de um prêmio correspondente a 2 (dois) meses de sua remuneração, que serão pagos na efetivação da aposentadoria e com o efetivo desligamento, sem quaisquer reflexos e encargos trabalhistas e previdenciários.

Parágrafo Único: Fica facultada à empresa, antecipar o pagamento previsto no *caput*, independente do efetivo desligamento do empregado.

16 - PROGRAMA ESPECIAL DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

As empresas poderão estabelecer diretamente com seus empregados, programas de compensação de dias, intercalados com feriados, fins de semana e festas de final de ano, que recaiam no início ou fim de semana, de tal sorte que os empregados tenham um final de semana prolongado, desde que aprovado pela maioria. Caberá à empresa



encaminhar cópia do referido acordo ao Sindicato Profissional, com o ciente dos trabalhadores.

17 - COMPENSAÇÃO DE HORAS DE TRABALHO

As empresas integrantes da categoria econômica poderão prorrogar a jornada de trabalho diária em até duas horas, de segundas às quintas-feiras, e a reduzir a jornada de trabalho nas sextas-feiras, totalizando 44 horas semanais, como forma de compensar o sábado, atendendo o disposto nos artigos 59, parágrafo segundo e 413, da CLT, sem que o excedente diário seja considerado como hora extraordinária.

18 - PRORROGAÇÕES DA JORNADA DE TRABALHO

As prorrogações da jornada de trabalho, excetuadas as hipóteses do art. 61 da CLT, serão remuneradas com o adicional de horas extras de 60%, nos dias normais da semana e de 100% para domingos e feriados.

Parágrafo Primeiro: A participação do empregado em cursos, palestras, reuniões, aulas de cursos oficiais, patrocinados pelas empresas, pelas entidades classistas ou através de convênios, fora do expediente normal de trabalho será facultativo, todavia, a participação do empregado, não importará no pagamento de horas extraordinárias.

Parágrafo Segundo: Quando as atividades mencionadas no parágrafo anterior, realizarem-se total ou parcialmente durante a jornada normal de trabalho, estarão as empresas autorizadas a celebrar acordo individual ou coletivo com os empregados participantes, com a assistência do Sindicato Profissional, estabelecendo a forma de compensação das horas despendidas nas referidas atividades que coincidirem com o horário de trabalho.

19 - RECEBIMENTO DE PIS

A empresa liberará o empregado para efetuar o saque do PIS (abono) por 2 (duas) horas, numa 6ª feira, de acordo com o calendário específico para tal fim. Ficam excluídas as empresas que mantêm convênio com agência bancária para essa finalidade nas suas dependências.

20 - ANTECIPAÇÃO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas efetuarão o pagamento da antecipação do décimo terceiro salário, de que trata a Lei nº 4.749/65, ao ensejo das férias do empregado, desde que este formule expressamente solicitação nesse sentido até o dia 28 de fevereiro do correspondente ano.

21 - SEGURO DE VIDA

As empresas, as suas expensas, deverão contratar seguro de vida em grupo para todos os seus empregados, através da **CBIC - CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO** ou **FIESC - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, devendo ser respeitada a contratação mínima disposta no quadro abaixo.



7



G.

MORTE qualquer causa	INVALIDEZ p/ acidente permanente	INVALIDEZ funcional total p/doença IFTPD	MORTE qualquer causa	MORTE qualquer causa	INVALIDEZ permanente p/ doença congênita
Titular (até 100%)	Titular (até 100%)	Titular (até 100%)	Cônjuge (50%)	Filhos (25%)*	Filhos (25%)**
R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00

Parágrafo Primeiro: As empresas já possuem seguro de vida em grupo para seus empregados poderão mantê-lo desde que a apólice contemple as coberturas mínimas acima estabelecidas e que a empresa efetue o pagamento do prêmio correspondente às indenizações previstas nesta cláusula.

Parágrafo Segundo: A contratação do seguro, sua manutenção e pagamento de benefícios, inclusive complementares serão realizados de acordo com as normas estipuladas pela Susep – Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo Terceiro: Respeitadas as normas estipuladas pela Susep – Superintendência de Seguros Privados, as empresas manterão a contratação do seguro acima, durante a vigência do contrato de trabalho e da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ainda que o empregado esteja afastado pela Previdência Social.

Parágrafo Quarto: O valor correspondente ao seguro previsto nesta cláusula será compensado de qualquer importância cujo pagamento venha a ser exigido da empresa, a título de acidente de trabalho.

Parágrafo Quinto: O valor correspondente será convertido em indenização na hipótese de ocorrer o infortúnio e a empresa não tiver celebrado a contratação do seguro.

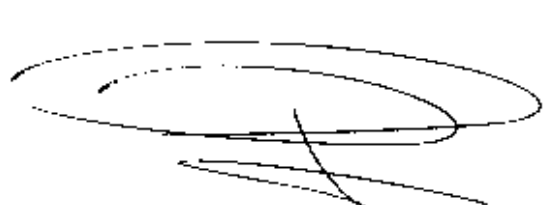
22 - VALIDADE DO EXAME OCUPACIONAL

Fica ampliado o prazo de dispensa da realização do exame médico demissional, em mais 60 (sessenta) dias conforme item 7.4.3.5.2 da Portaria nº 8, de 08 de maio de 1996, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, além dos 90 (noventa) dias já concedidos na mesma norma conforme item 7.4.3.5., em exames ocupacionais emitidos pelo **SECONCI**, totalizando 150 (cento e cinquenta) dias. Na homologação da rescisão de contrato as empresas deverão apresentar perante o Sindicato Profissional, a cópia do último exame médico ocupacional.

Parágrafo Único: Para os empregados que sofreram acidente de trabalho nesse período ou tiveram retornado de auxílio-doença previdenciário, serão aplicados os prazos previstos na Norma Regulamentadora.

23 - INTERVALO PARA LANCHE

As empresas deverão observar diariamente intervalo de 15 (quinze) minutos para café ou lanche, no período matutino, sendo que esse tempo poderá ser acrescido ao final da jornada diária sem que o período correspondente seja considerado hora extraordinária.






Parágrafo Único: As empresas estarão desobrigadas de observar esse intervalo desde que firmem diretamente com os empregados, acordo nesse sentido, pela decisão da maioria.

CLÁUSULAS SINDICAIS

24 - CÂMARA DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA

As partes convencionam a manutenção do funcionamento da CONPRÉVIA - Câmara de Conciliação Trabalhista até 30 de abril de 2010, objetivando conciliar interesses de empregados e empregadores, observadas as regras dispostas nos termos de Aditamento a Convenção Coletiva de Trabalho, firmados em 26 de setembro de 2001 e 20 de novembro de 2.002, respectivamente.

25 - ACESSO DO REPRESENTANTE SINDICAL À EMPRESA

O dirigente sindical no exercício de suas funções terá garantido acesso à empresa, dentro do horário normal do funcionamento desta, devidamente acompanhado pelo responsável do setor ou da obra.

26 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA / TAXA NEGOCIAL

Conforme deliberação da assembléia geral extraordinária dos trabalhadores da categoria profissional, realizada no dia 13/02/09, as empresas descontarão de todos os empregados, mensalmente, o percentual de 1,00% (um por cento) sobre o salário, recolhendo em favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, até o dia 15 do mês subsequente, objetivando o custeio do sistema confederativo / taxa negocial e despesas realizadas nas negociações da CCT, conforme o preceituado no item IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e artigo 513 letra (e) da CLT.

Parágrafo Único - Os trabalhadores não associados que se opuserem ao desconto, deverão comparecer pessoalmente no sindicato, onde assinarão requerimento cuja cópia será remetida pela entidade obreira à respectiva empresa, comunicando o não desconto em folha.

I - A Contribuição Confederativa será distribuída para o custeio confederativo da seguinte forma: 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) para o Sindicato dos Trabalhadores, 0,3% (zero vírgula três por cento) para Federação (FETICOM) e 0,2% (zero vírgula dois por cento) para Confederação (CNTI) sendo que este último percentual será repassado à Federação e esta fará o repasse para a Confederação.

II - Com esta contribuição será assegurado a todos os trabalhadores que contribuírem, associados ou não, e seus dependentes, esposa desempregada e filhos até 16 anos, de acordo com o Estatuto da entidade e seu Regulamento, consulta médica de clínica geral e assistência jurídica trabalhista, na sede da entidade, ou em clínica conveniada como também usufruir os convênios firmados pelo Sindicato com especialistas, clínicas, laboratórios e outros.



III - As empresas enviarão mensalmente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, relação dos empregados que sofreram o desconto confederativo / taxa negocial contendo o nome e a importância descontada.

V - As empresas construtoras exigirão dos empreiteiros ou sub-empreiteiros a comprovação do repasse das contribuições perante o Sindicato dos Trabalhadores, sob pena de responsabilidade subsidiária.

27 - DESCONTO DE MENSALIDADES

As empresas descontarão em folha de pagamento em favor do **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau**, o valor relativo a mensalidade fixada aos seus associados. O repasse das mensalidades descontadas se dará no máximo até o dia 15 do mês subsequente ao do desconto, cabendo ao Sindicato Profissional fornecer relação nominal e o valor da mensalidade de cada empregado associado até o dia 25 do mês anterior.

28 - SINDICALIZAÇÃO

Na admissão do empregado, a empresa apresentará proposta de sindicalização, conforme modelo fornecido pelo Sindicato Profissional, para que o mesmo opte pela sindicalização, ou não. Independente da opção, a proposta preenchida terá que ser enviada ao Sindicato Profissional no mês da contratação.

Parágrafo Único: Ao trabalhador atendido no **SECONCI** será apresentada a proposta de sócio do Sindicato dos Trabalhadores, cabendo ao trabalhador fazer a opção de sindicalizar-se ou não.

29 - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões contratuais, a partir do 6º (sexto) mês de admissão, serão efetuadas perante o Sindicato Profissional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Atestado Demissional;
- b) Carteira Profissional, devidamente anotada;
- c) Comprovação do depósito da multa do FGTS, na hipótese de dispensa sem justa causa;
- d) Comprovantes de pagamentos atinentes ao Sindicato Patronal e Seconci;
- e) Comunicação de Dispensa ou de Pedido de Demissão;
- f) Extrato atualizado de FGTS;
- g) Guias para Habilitação ao Seguro desemprego, na hipótese de dispensa sem justa causa;
- h) Termo de Rescisão Contratual em **6 (seis) vias**.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caberá ao Sindicato Profissional encaminhar ao Sindicato Patronal, até o dia 10 do mês subsequente, cópia de todos os Termos de Rescisões dos Contratos de Trabalho homologados.



30 - TAXA ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS

As empresas integrantes da categoria econômica deverão efetuar o recolhimento da Taxa Assistencial em favor do **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DE BLUMENAU - SINDUSCON**, em razão dos serviços prestados pelo sindicato na negociação e pela celebração desta convenção coletiva de trabalho. Esta contribuição foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28/04/09, nos termos do artigo 513, letra "e", da CLT, devendo ser recolhida em uma única parcela de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) no dia 25/06/2009.

Parágrafo Único: A falta de recolhimento dessa taxa no prazo assinalado implicará na multa de 2% (dois por cento) além de atualização monetária pelo índice do INPC (IBGE) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e honorários de advogado na base de 20% (vinte por cento). Esses encargos serão devidos em caso de cobrança extrajudicial ou judicial.

31 - PENALIDADES

A parte que descumprir a presente convenção, com exceção do disposto nas cláusulas 05 e 06, sofrerá uma multa correspondente a 10% (dez por cento) do menor piso da categoria profissional, por empregado e por infração, revertendo o valor em favor da parte prejudicada.

Parágrafo Primeiro: A penalidade a ser aplicada em decorrência de descumprimento das disposições das cláusulas 26 e 27 será limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do valor devido.

Parágrafo Segundo: O previsto no *caput* desta cláusula aplica-se em prol do Sindicato Patronal, na hipótese da empresa proceder à homologação de rescisão contratual, estando em débito para com ele e/ou Seconci, em conformidade com o que prevê a cláusula 28 desta Convenção Coletiva de Trabalho.

32 - VIGÊNCIA

O presente instrumento coletivo terá vigência a partir de 01.05.2009 e término em 30.04.2010, ficando mantida a data-base da categoria como sendo 1º de maio.

E, por estarem assim justos e convencionados, os presidentes das entidades contratantes firmam a presente em 6 (seis) vias de igual teor e forma, devendo uma via ser arquivada na Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Santa Catarina.

Blumenau, 28 de maio de 2009.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA
CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BLUMENAU**


ALBERTO FRANCISCO PEREIRA

PRESIDENTE

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO
DE BLUMENAU**


JORGE LUIZ STREHL
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:





ÍNDICE

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

- 01 - CORREÇÃO SALARIAL**
- 02 - PISOS SALARIAIS**

CLÁUSULAS SOCIAIS

- 03 - ABONO DE FALTAS AO TRABALHADOR**
- 04 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**
- 05 - ALIMENTAÇÃO**
- 06 - VESTIMENTA DE TRABALHO**
- 07 - ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO**
- 08 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**
- 09 - AVISO PRÉVIO - DISPENSA**
- 10 - EMPREGADO SEM REGISTRO**
- 11 - FÉRIAS PROPORCIONAIS**
- 12 - GARANTIAS ESPECIAIS**
- 13 - HOMOLOGAÇÕES**
- 14 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS**
- 15 - PRÊMIO APOSENTADORIA**
- 16 - PROGRAMA ESPECIAL DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO**
- 17 - COMPENSAÇÃO DE HORAS DE TRABALHO**
- 18 - PRORROGAÇÕES DA JORNADA DE TRABALHO**
- 19 - RECEBIMENTO DE PIS**
- 20 - ANTECIPAÇÃO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**
- 21 - SEGURO DE VIDA**
- 22 - VALIDADE DO EXAME OCUPACIONAL**
- 23 - INTERVALO PARA LANCHE**

CLÁUSULAS SINDICAIS

- 24 - CÂMARA DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA**
- 25 - ACESSO DO REPRESENTANTE SINDICAL À EMPRESA**
- 26 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA / TAXA NEGOCIAL**
- 27 - DESCONTO DE MENSALIDADES**
- 28 - SINDICALIZAÇÃO**
- 29 - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS**
- 30 - TAXA ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS**
- 31 - PENALIDADES**
- 32 - VIGÊNCIA**